

MAIS EM MUNDO

Sarkozy: 'A França não pode continuar recebendo tantos estrangeiros'

Chávez telefona para TV para desmentir morte

Premier de Israel dificulta paz, diz presidente

Histórico bairro negro, Harlem agora pode ter deputado latino

Buracos na lei espanhola de transparência

Recomendar 16 recomendações. Cadastre-se para ver o que seus amigos recomendam.

Sem normas de acesso à informação, país propõe legislação criticada por isentar família real

PRISCILA GUILAYN

Publicado: 14/04/12 - 18h26

Atualizado: 14/04/12 - 18h35

Like 16

Tweet

1



Família real espanhola posa em Palma de Mallorca: isenção causa desconforto em meio a escândalo de corrupção
AFP

MADRI - Em 34 anos de democracia, os governos espanhóis, fossem socialistas ou conservadores, ignoraram a necessidade de uma lei de acesso à informação. O resultado disso é que a Espanha foi parar no fim da fila em matéria de transparência: é o único país europeu com mais de 1 milhão de habitantes sem uma lei que proteja os cidadãos e o próprio Estado da opacidade — Chipre, Luxemburgo e Malta também não têm. Depois de amanhã, porém, o governo espanhol apresentará em Brasília, no congresso do Open Government Partnership, o texto do anteprojeto da Lei de Transparência e Bom Governo que, embora seja considerado como um passo positivo, está sendo duramente criticado por organismos internacionais dedicados ao assunto.

O Brasil foi o 90 país a adotar uma lei de transparência, e, se a Espanha conseguir aprovar a sua, será o 91. A Espanha, como o Brasil, não terá um órgão independente que controle a aplicação da lei, que será fiscalizada pelo Ministério da Fazenda. Este é um dos maiores motivos de preocupação de organismos como Transparência Internacional, Access Info Europe e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. O Brasil, no entanto, ressaltam os especialistas, já tornava públicas, antes da lei, de maneira pró-ativa, muitas informações, atitude que a Espanha não pode se orgulhar de ter.

— Sem o controle de um organismo independente, esta lei pode não sair do papel. Na Espanha, já há uma série de leis que obrigam a publicação de

ÚLTIMAS NOTÍCIAS DE MUNDO

Presidente do Sudão do Sul diz que Sudão declarou guerra ao país



Histórico bairro negro, Harlem agora pode ter deputado latino

Exército egípcio bane servidores da era Mubarak das eleições



Sarkozy: 'A França não pode receber tantos estrangeiros'

Israel concede status legal a mais três colônias na Cisjordânia

twitter Siga @OGlobo_Mundo

O Globo on Facebook Like 308,309

Sign Up Create an account or log in to see what your friends are doing.

BLOGS E COLUNISTAS

DIRETO DA REDAÇÃO

A Rio+20 já é um sucesso



certas informações sobre contratos públicos e licitações, por exemplo, mas mesmo assim elas não costumam ser divulgadas e, quando são, carecem de detalhamento — explica a advogada Victoria Anderica, coordenadora da Coalizão Pró-Acesso.

Raras estatísticas sobre casos de corrupção de políticos

A falta de transparência é uma das principais causas de corrupção, da qual a Espanha não está isenta. Como no chamado caso Gürtel, uma rede de corrupção vinculada a dirigentes do conservador Partido Popular (PP), atualmente à frente do governo espanhol e de 13 das 17 comunidades autônomas do país. O esquema, que teria sido montado para enriquecer ilicitamente altos dirigentes do PP através de concessões de contratos públicos, só teve, por enquanto, um condenado. E não por formar parte da teia de corrupção. O juiz Baltasar Garzón, que vinha investigando o caso desde 2009, foi julgado por ter autorizado a gravação de conversas na prisão entre os supostos corruptos e seus advogados. Foi sentenciado com a perda do direito de exercer a magistratura. A sentença causou indignação internacional, suscitando debates sobre a independência da Justiça espanhola.

Os comportamentos corruptos, no entanto, afetam todas as siglas. Em 2009, o então promotor-geral do Estado revelou, no Congresso, que na Justiça espanhola estavam tramitando 730 processos para investigar, por corrupção, políticos que ocupavam cargos públicos. Duzentos deles eram do PP, mas 264 diziam respeito ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). Também estavam envolvidos em negócios escusos políticos da Esquerda Unida, terceira força política nacional, e de outros partidos regionais. Foi a primeira e, até hoje, única vez que uma estatística como esta foi difundida.

Suspeitas de enriquecimento ilícito também estão sendo investigadas em um escandaloso caso de corrupção envolvendo um membro da família real espanhola. O marido da infanta Cristina, Iñaki Urdangarín, foi indiciado em um processo cujas investigações apontam para quatro delitos: falsificação de documentos, prevaricação, fraude à administração pública e desvio de verba. O epicentro da trama é o Instituto Nóos de Estudos Estratégicos de Patrocínio e Mecenato, dirigido por Urdangarín de 2004 a 2006. Embora seja uma entidade sem fins lucrativos, o instituto recebeu 5,3 milhões de dois governos regionais, dos quais mais de 3 milhões foram depositados nas contas de empresas de Urdangarín.

Mas mesmo chegando num momento em que o genro do rei Juan Carlos está no olho do furacão, o anteprojeto da lei de acesso isenta a Casa Real, assim como o Poder Judiciário, da obrigatoriedade de transparência.


— Pode ser que, em momentos de crise como a que estamos passando, alguém queira saber quanto a princesa Letizia gasta em roupa ou tratamentos de beleza, porque há famílias de cinco pessoas que vivem com 20 mil ou menos por ano. Esta informação, no entanto, o cidadão não pode sequer solicitar — explica Victoria Anderica.

Pelo anteprojeto de lei, os cidadãos terão acesso restrito a dados que possam prejudicar os interesses econômicos e comerciais; a política econômica e monetária; o segredo requerido em processos de tomada de decisões; a proteção do meio ambiente; as funções administrativas de inspeção e controle, entre outras especificações.

— É uma lei de baixíssima qualidade. Não queremos esta lei e não seria bom que fosse aprovada, porque é, simplesmente, uma fachada. Os padrões internacionais deixam claro que o conceito de informação abrange toda a informação em mãos do poder público, tendo o Estado o direito de negar seu acesso caso seja prejudicial à segurança. Na Espanha, no entanto, o anteprojeto já estipula muitos tipos de informações que os cidadãos não podem sequer solicitar — critica Helen Darbshire, diretora-executiva da Access Info Europe.

ONG vê uma ‘cultura de ignorar os cidadãos’

Para piorar a situação, o anteprojeto estabelece o direito ao silêncio administrativo, ou seja, simplesmente não responder à solicitação. Esta já é a realidade na Espanha, segundo estudo da Access Info Europe que apontou que o Estado só respondeu 20% das 113 perguntas feitas pela



VEJA MAIS VÍDEOS

ONG em 2010.

— No México, por exemplo, há a figura do silêncio positivo, ou seja, se os governos não respondem, o cidadão deve entender que a resposta deveria ser dada e pode cobrá-la. Nossa reivindicação é que a Espanha adote o silêncio positivo para tentar mudar a cultura espanhola de ignorar os cidadãos. Não é uma cultura aceitável num país democrático — critica Helen Darbshire.

Também não é nada animador o prazo estipulado para uma possível, mas nem sempre provável, resposta: um mês ampliável a dois. Além do mais, o solicitante deverá explicar o motivo do pedido de informação. Esse motivo será levado em consideração para decidir se o pedido será aceito ou não.

O rascunho da lei, teoricamente, ainda passará por mudanças para incluir algumas sugestões dos cidadãos feitas através da internet durante um breve prazo de 15 dias, antes de iniciar um longo trâmite legislativo.

— Uma lei de acesso à informação vai muito além do combate à corrupção. Muda a relação e o equilíbrio de poder entre os cidadãos e a classe política. Com o passar do tempo, a sociedade fica mais poderosa. Ter acesso à informação é imprescindível para formar opinião e intervir no debate público. Isso é fundamental para a qualidade da democracia — opina Helen Darbshire.

Like 16 Tweet

1



O GLOBO

Central do Assinante
Clube do Assinante
Faça sua assinatura
Agência O Globo
Fale conosco
Defesa do Consumidor
Expediente
Anuncie conosco
Trabalhe conosco
Política de privacidade
Termos de uso



© 1996 - 2012. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

País

Rádio do Moreno
Blog do Merval
Blog do Noblat
Ilimar Franco

Rio

Ancelmo.com
Trânsito
Eu-repórter
Zona Sul
Zona Norte
Barra
Niterói
Serra
Bairros.com

Economia

Rio+20
Miriam Leitão
Boa Chance
Digital e Mídia
Indicadores
Morar Bem

Mundo

Lá fora

Esportes

Renato M. Prado
MMA
Botafogo
Flamengo
Fluminense
Vasco
Fórmula-1
Olimpíadas 2012
Copa 2014
Rio 2016

Cultura

Patrícia Kogut
Blog do Xexéo
Megazine
Revista da TV

Mais +

Blogs
Opinião
Eu-repórter
Vídeos
Boa Viagem
Ciência
Educação
Vestibular
Saúde
Tempo
Horóscopo